



## ÀS RUAS CONTRA A DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - NÃO À PEC 32



Um novo texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020, que trata da reforma administrativa, foi apresentado no último dia 1º de setembro pelo relator, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), à Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Entre os dias 14 e 16 deste mês o relatório da PEC receberá vistas da comissão especial da Câmara.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), esse novo texto não contemplou as críticas feitas em audiências públicas pela sociedade civil e pelo movimento sindical, mantendo os principais pontos da proposta original. O principal interesse da proposta é terceirizar, privatizar e demitir, com o objetivo de reduzir a qualidade e a oferta e dos serviços públicos ao povo que deles precisa.

Ao ameaçar a estabilidade dos servidores, a reforma irá institucionalizar o “bico” no serviço público e trazer de volta o cabide de emprego para apadrinhados políticos. Para a população a PEC 32 significa perder o direito ao acesso aos serviços básicos como saúde, educação, segurança pública

etc.

Se for aprovada na Comissão Especial da Câmara, a emenda vai à plenário, onde serão necessários os votos de 308 deputados federais, em dois turnos. Só então ela segue para o Senado, para votação também em dois turnos.

As organizações de luta dos trabalhadores propuseram atividades de pressão sobre os parlamentares entre os dias 14 e 16, em Brasília, que recebeu caravanas de servidores de todo o país.

Derrubar Bolsonaro, e todo o seu governo, pela mão do povo é a tarefa colocada para o conjunto da classe operária. E isto só será possível com as armas que são próprias da classe trabalhadora: por meio de amplas mobilizações e greves! É nas ruas que o povo irá conseguir retomar seus direitos e avançar nas suas pautas, compreendendo as lutas democráticas como um trampolim para o debate de tomada de poder. Fora Bolsonaro e todo o conjunto de reformas neoliberais!

**Pela Frente Única das Forças de  
Esquerda!**



## AUXÍLIO BRASIL: AVANÇA A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO



Em agosto, o governo de Jair Bolsonaro (sem partido), publicou a Medida Provisória (MP) 1.061/2021, que estabelece, no Programa Auxílio Brasil, os vouchers (bolsas) para a educação infantil. Ao invés de repassar recursos para as prefeituras destinados à educação infantil, um voucher vai pagar diretamente as creches privadas (sem ou com fins lucrativos e também as religiosas) da educação infantil.

O dinheiro público será usado para criar mercado e fortalecer as redes privadas. A grande mentira que os defensores da proposta divulgam é a de que ela gerará melhoria na qualidade da educação ofertada. Obviamente que as bolsas não garantirão vagas nas melhores escolas privadas e não acabarão com a segregação social das crianças pobres.

Bolsonaro governa para os empresários ávidos para colocar as mãos nas verbas públicas da educação. Temos que lutar por uma escola pública, gratuita e de qualidade para todos.

## TRABALHADORES DA PRODABEL AMEAÇADOS DE DEMISSÃO



Na PRODABEL, Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte, os trabalhadores estão, mais uma vez, ameaçados com a demissão. Além das perdas salariais, pois a inflação do período não repõe o poder de compra dos salários, estes trabalhadores vivem, neste momento, o desassossego de estar na lista de demitidos feita pela diretoria da empresa, atendendo demanda da administração de Alexandre Kalil (PSD).

Os trabalhadores brasileiros sentem na carne as consequências da disparada dos preços de um modo geral. Enquanto a elite e os banqueiros multiplicam seus ganhos; e juízes, generais e “autoridades” aumentam suas mordomias, o povo vê o arrocho salarial e desemprego/subemprego corroer suas condições de vida.

A ideia de redução de custos, que justifica a demissão de pessoas em empresas públicas, ou mistas, como a PRODABEL, é utilizada para fomentar as privatizações. A mobilização dos trabalhadores é essencial na luta contra as demissões! Dizemos não às demissões na PRODABEL!

## PREVINE BRASIL: MAIS UM PROGRAMA DE DESTRUIÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA



Lançado no final de 2019, o programa Previne Brasil modifica o modelo de financiamento da Atenção Primária no SUS que impactará, também, o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB).

Nesta nova forma de financiamento, o repasse dos recursos federais para os municípios deixa de ser por número de equipes Saúde da Família (eSF) e Nasf-AB credenciadas e implantadas e passa a ser por número de pessoas cadastradas em cada equipe de Saúde da Família (eSF) ou equipes de Atenção Primária (eAP) e por desempenho dessas equipes em indicadores selecionados. Ou seja, não existirá mais valor fixo e regularmente repassado ao município em função da existência das equipes. Das 900 ações que envolvem o atendimento básico à Saúde da população hoje, o Previne mantém apenas 9,

com escalas de atendimento que irão massacrar os trabalhadores do setor, que serão obrigados a cumprir metas.

Na prática, a medida significa o desmonte do programa de Saúde da Família e ficará a cargo do gestor local definir se manterá os profissionais neste ponto de atenção. Também cabe a ele definir em que formato os manterá.

## CAMPANHA SALARIAL-CONTRAPROPOSTA DOS CORREIOS É UMA AFRONTA AOS TRABALHADORES



Em audiência de conciliação realizada no dia 10, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), foi apresentada proposta de acordo para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e seus empregados. Entre os principais pontos da proposta está o reajuste salarial de 100% do INPC, retroativo a agosto de 2021, e aplicação do mesmo índice às funções gratificadas, com repercussão nas parcelas remuneratórias.

A Direção da ECT, por sua vez, apresentou a sua proposta, com índice econômico parcelado em 3 vezes, sendo: 50% retroativo a agosto, 25% em outubro e 25% em janeiro de 2022, desconsiderando todo o debate ocorrido desde o início dessa campanha salarial e sem se fundamentar nos lucros obtidos pela empresa no último ano. Além de querer impor o banco de horas que penaliza ainda mais os trabalhadores.

A regularização da retirada de direitos no dissídio passado visa facilitar o processo de privatização dos Correios. Devemos atuar nas redes sociais, nas ruas e nas atividades dos movimentos sociais para derrubar o projeto de desmonte dos Correios.

***Não a privatização dos Correios!  
Fora Bolsonaro e todo o seu Governo!***